

BRASIL energia

# As lições do apagão

Ninguém sabe ao certo o que causou o blecaute que deixou quase 90 milhões de brasileiros sem luz. Mas o episódio dá pistas preciosas sobre os problemas que cercam o setor elétrico brasileiro

MALU GASPAR

Carros durante o apagão no Rio: os políticos também ficaram na escuridão



**A**s investigações sobre as causas do apagão que deixou cerca de 90 milhões de pessoas sem luz em 18 estados brasileiros estão apenas começando, e os especialistas que trabalharam nas investigações anteriores estimam que ainda vai demorar alguns meses para que se saiba exatamente o que aconteceu no dia 10 de novembro. Mas no governo, em questão de dias, já se produziram pelo menos duas explicações para o episódio. Ambas atribuem a responsabilidade a intempéries climáticas. Na primeira hipótese, um raio teria provocado um curto-circuito que interrompeu o fornecimento de energia em três linhas de transmis-

“quase certeza” de que o isolador de Furnas estava em perfeito estado. Para Chipp, sendo fruto do imponderável, o apagão não é culpa de ninguém. Como nenhum dos blecautes na última década ficou sem explicação técnica, o mais provável é que o diretor-geral do ONS esteja apenas querendo ganhar tempo. O risco é ele acabar acreditando tanto no que diz que se esqueça de procurar, no episódio, lições que possam ajudar a evitar um novo apagão.

A primeira lição, que já deveria ter sido aprendida depois dos traumáticos eventos da última década, é que esse é um assunto muito sério para ser incluído de forma leviana nos discursos dos po-

do PMDB. “Ele é quem deve esclarecimentos à nação. Este caso não tem relação direta com a Dilma”, disse o senador, tentando proteger a ex-ministra de Minas e Energia e candidata à Presidência, Dilma Rousseff. Parece que nem mesmo a ministra concorda com ele, já que decidiu, após um sumiço inicial, vir a público para explicar-se. “Nós, humanos, temos um problema imenso. Infelizmente, não controlamos chuva, vento e raio”, disse, na mesma entrevista em que, irritada, chamou uma jornalista de “minha filha”. O PMDB, que, além de Lobão, tem também os presidentes da Eletrobrás e de Furnas (veja quadro), defendeu-se como pôde. “O que houve foi uma con-

## A responsabilidade de cada um

Como funciona a gestão do sistema elétrico e o que cada órgão tem a ver com o apagão

CMSE Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico	Aneel Agência Nacional de Energia Elétrica	EPE Empresa de Pesquisa Energética	Furnas Furnas Centrais Elétricas
Supervisiona a gestão do sistema. Em 2007, passou a determinar a ativação e o desligamento de usinas	Gerencia a operação, decidindo quais usinas devem ser ligadas e para onde enviar a energia	Regulamenta e fiscaliza as políticas do setor, observando as tarifas e a qualidade dos serviços	Faz o planejamento de longo prazo (planos decenais) e promove os leilões de energia	A estatal gera 10% e transporta mais de 40% da energia consumida no Brasil
<b>PAPEL NA ATUAL CRISE</b> Criou um grupo especial para acompanhar o trabalho de apuração da Aneel e do ONS	<b>PAPEL NA ATUAL CRISE</b> Responsável pelo equilíbrio do sistema quando houve a pane. Ajuda a apurar as causas do blecaute	<b>PAPEL NA ATUAL CRISE</b> Ressarcir consumidores prejudicados, apurar as responsabilidades e determinar punições	<b>PAPEL NA ATUAL CRISE</b> Acompanhar a apuração das causas e propor medidas de prevenção de novos apagões	<b>PAPEL NA ATUAL CRISE</b> É dona das três linhas de transmissão que sofreram pane. Responderá ao ONS durante a investigação

são ao mesmo tempo — um evento tão improvável que não se discute, nem na academia nem nas empresas do setor, procedimentos para evitá-lo. Outra possibilidade é que chuvas fortes tenham danificado o isolador de tensão numa subestação de Furnas. Em entrevista a EXAME, Hermes Chipp, diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), tornou a questão ainda mais nebulosa. “Você tem todo o fenômeno registrado, mas não tem nunca a certeza do que causou o problema nos isoladores”, afirma Chipp. Mesmo assim, o diretor-geral do ONS diz já ter certeza de que não havia nada que pudesse ser feito para evitar o blecaute, e

líticos. Assim que as luzes se acenderam, a oposição — que era governo no blecaute de 1999 e no racionamento de 2002 — partiu para a galhofa. Convidou a Fundação Cobra Coral, entidade esotérica que faz previsões climáticas, para depor no Senado. “Vamos pedir à fundação para dar uma opinião de vidência, já que a ciência e a administração pública não respondem às nossas dúvidas”, disse o senador Artur Virgílio, do PSDB do Amazonas. Enquanto isso, petistas e peemedebistas, que dividem o comando do setor elétrico, protagonizaram um patético jogo de empurra. O líder do PT, Aloizio Mercadante, repassou a responsabilidade para o ministro Edson Lobão,

centração de fenômenos climáticos”, disse o ministro Lobão, que deu até o dia 16 de dezembro para os técnicos do ONS, de Furnas e da Aneel, a agência reguladora do setor elétrico, lhe entregarem suas conclusões.

Se há outra lição que os apagões anteriores já ensinaram é que culpar o clima é uma alternativa tão frágil quanto inútil. Tanto em 1999, quando 11 estados ficaram sem luz, como entre 2001 e 2002, quando o país viveu o racionamento energético, problemas relacionados ao clima — raios, num caso, e falta de chuvas, no outro — basearam as primeiras desculpas das autoridades. Em ambos os casos, ficou provado que o clima não



## BRASIL energia

explica tudo. Desta vez não deve ser diferente. “É praticamente impossível que o curto-circuito simultâneo em três linhas de transmissão tenha sido provocado por um raio. Precisamos saber como andava a manutenção dos equipamentos e a proteção do sistema elétrico, porque é aí que algo pode ter falhado”, diz José Wanderley Marangon, professor da Universidade Federal de Itajubá, em Minas Gerais. Marangon já ajudou a descobrir as causas dos apagões de 1999 e 2002 e foi um dos nomes indicados pelo ONS para avaliar o relatório sobre este último blecaute. O operador está na berlinda não só por distribuir a energia pelo território brasileiro mas também por ter a responsabilidade de prevenir incidentes e, quando eles ocorrem, restabelecer o fornecimento de energia o mais rapidamente possível. Já Furnas tem de manter em bom estado seus equipamentos, como linhas de transmissão e isoladores de tensão — o que diz fazer regularmente, segundo nota a EXAME.

**NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS**, o setor elétrico passou por transformações importantes, quase todas decorrentes do trauma de apagões e do racionamento. A favor do governo, é fato que os investimentos aumentaram — segundo dados do Ministério de Minas e Energia, mais de 60 bilhões de reais foram aplicados só em geração e transmissão. Mas, sob o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a gestão do setor também mudou, e não está claro se para melhor. Concebido por Dilma, o novo modelo concentrou poderes — assim como em outros setores — nas mãos do governo. Até então, apenas dois órgãos, o ONS e a Aneel, comandavam o setor. Entre as atribuições desses órgãos estavam desde concessões até normas para o cálculo das tarifas, no caso da Aneel, e a escolha de quais usinas deveriam ficar ligadas, pelo ONS. Dentro da concepção de que governos



**Dilma em entrevista depois do blecaute: “Nós não controlamos chuva e raio”**

passam, mas o Estado fica, a agência reguladora (a Aneel) foi imaginada originalmente como independente em relação ao poder central. Desde 2001, com o início do racionamento, a Aneel perdeu diversas atribuições e, a partir de 2004, o ONS perdeu autonomia. Três dos cinco diretores passaram a ser escolhidos pelo governo, incluindo o diretor-geral. Antes da reformulação, todos eram indicados por empresas do setor, que financiam o operador com as taxas que pagam. A Aneel, por sua vez, é hoje vista como uma entidade esvaziada.

Ao mesmo tempo, novos atores entraram em cena. Uma estatal, a Empresa de Pesquisa Energética, foi criada em 2004 para planejar o longo prazo. Para garantir que as políticas do governo fossem cumpridas, foi criado o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, subor-

**As decisões no setor elétrico se tornaram mais politizadas, o que nem sempre se traduz em ganhos**

dinado ao Ministério de Minas e Energia. É o comitê que lidera a reação à crise, e é a ele que os técnicos vão apresentar suas conclusões em 16 de dezembro. Essa é uma diferença importante em relação aos apagões anteriores, em que a Aneel liderou a apuração das causas, trabalho que dura três meses e cujo resultado fica disponível na internet. Agora, o governo está jogando foco sobre o relatório de seu comitê, que tem quatro representantes do ministério mais os presidentes de EPE, ONS, Aneel e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica — indicados por Dilma. Caso queira saber o que foi discutido nas reuniões, o cidadão terá de contar com eventuais depoimentos dos participantes, uma vez que as atas, ao contrário das da Aneel, não são públicas.

“O problema do setor elétrico é que as questões se tornaram muito mais politizadas”, diz Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, financiado por empresas privadas.

Logo que a luz voltou, uma das primeiras declarações do ministro Lobão foi que a causa havia sido a queda de uma linha de Itaipu — o que não era verdade —, deixando a impressão de que ninguém se entende na gestão do setor elétrico. Após uma reunião tensa, em que a ministra da Casa Civil distribuiu broncas, os principais porta-vozes do governo afinaram o discurso, produzindo a explicação que o diretor-geral do ONS, Hermes Chipp, repete à exaustão. Ela sugere que o governo não vê lições a tirar do blecaute, já que tudo se resumiria a um problema climático. Caso mude de ideia e tente aprender algo com o episódio, basta que Chipp pergunte aos especialistas que ele mesmo indicou para assessorar o governo. Ouvirá recomendações como melhorar a manutenção e investir em controles do sistema e na capacitação dos técnicos. Não é nada que um gestor de bom senso não seja capaz de intuir. Mas que, no caso brasileiro, foram necessários um raio e um curto-circuito triplo para trazer à luz. ■